



2908 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

O CURSO DE HABILITAÇÃO AO MAGISTÉRIO NO INSTITUTO SANTA TERESINHA
Sulamita Rosa da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
Maria Irinilda da Silva Bezerra -

RESUMO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o Curso de Habilitação do Magistério do Instituto Santa Teresinha, buscando analisar a organização didática e pedagógica, bem como a formação e a prática docente no referido curso, de modo que possamos compreender a importância do mesmo para a constituição da profissão na região. Como metodologia realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como procedimento o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental, analisando programas de ensino, fichas, currículos, pertinentes ao Curso. Como aporte teórico nos embasamos nas ideias de Amaral (2011), Bezerra (2015), Macedo e Santos (2008), entre outros. Concluímos que o Curso de Habilitação ao Magistério era constituído de disciplinas voltadas à formação e a prática docente, centrado, sobretudo, na metodologia de ensino e na prática em sala de aula. A formação dos professores que atuavam no curso ocorria, em sua maioria no próprio Instituto, permitindo-nos concluir que o curso teve contribuição estratégica na formação de novos professores na região do Vale do Juruá.

Palavras-chave: Formação Docente. Magistério. Docência. Prática de Ensino.

O Curso de habilitação ao magistério no Instituto Santa Teresinha

RESUMO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o Curso de Habilitação do Magistério do Instituto Santa Teresinha, buscando analisar a organização didática e pedagógica, bem como a formação e a prática docente no referido curso, de modo que possamos compreender a importância do mesmo para a constituição da profissão na região. Como metodologia realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como procedimento o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental, analisando programas de ensino, fichas, currículos, pertinentes ao Curso. Como aporte teórico nos embasamos nas ideias de Amaral (2011), Bezerra (2015), Macedo e Santos (2008), entre outros. Concluímos que o Curso de Habilitação ao Magistério era constituído de disciplinas voltadas à formação e a prática docente, centrado, sobretudo, na metodologia de ensino e na prática em sala de aula. A formação dos professores que atuavam no curso ocorria, em sua maioria no próprio Instituto, permitindo-nos concluir que o curso teve contribuição estratégica na formação de novos professores na região do Vale do Juruá.

Palavras-chave: Formação Docente. Magistério. Docência. Prática de Ensino.

1 INTRODUÇÃO

O período de ditadura militar no Brasil foi marcado por repressões, censuras e imposições políticas em todos os setores sociais, econômicos, culturais e educacionais. No sistema educativo brasileiro também ocorreram grandes mudanças, sendo uma delas a criação da Lei 5.692 em 1971, na qual o ensino primário e médio foi modificado, alterando sua nomenclatura para primeiro e segundo grau.

Saviani (2009) elucida que a partir dessa legislação ocorreram várias mudanças na estruturação dos cursos, em que a formação dos professores para o antigo ensino primário foi reduzida a uma habilitação dispersa, configurando assim um grau de precariedade nos cursos de formação. No entanto, compreendemos também que a educação se apresentava no contexto de ditadura militar, sofrendo influências daquele momento histórico na sua forma de organização curricular, primando por uma educação de cunho tecnicista.

Sendo assim, a formação de professores no âmbito da chamada Habilitação Específica para o Magistério, tinha como foco um ensino prático, sendo que a profissionalização ocorria no 2º grau, tanto nos estabelecimentos gratuitos quanto particulares. A formação era pautada nos interesses governamentais e o que era priorizado durante o processo educativo eram as metodologias e os meios para que ocorresse a aprendizagem.

Na Habilitação específica para o magistério, quem realizava a habilitação a nível de 2º grau, poderia lecionar de 1ª e 4ª séries, quem obtivesse o curso de licenciatura curta no ensino superior poderia lecionar de 1ª a 8ª série, já quem tivesse curso de licenciatura plena em pedagogia, poderia atuar no 1º e 2º graus.

Neste enfoque, realizamos um estudo sobre o curso de Habilitação Específica para o Magistério no Instituto Santa Teresinha localizado na cidade de Cruzeiro do Sul/AC, buscando compreender como era a organização didática e pedagógica deste Curso, a formação e a prática docente e os saberes produzidos durante o curso de habilitação. Desse modo, os dados aqui expressos são os resultados obtidos durante a realização do Projeto de Iniciação Científica, desenvolvido no ano de 2016 a 2017.

Como metodologia, utilizamos um estudo bibliográfico pautado nas ideias de Amaral (2011), Bezerra (2015), Macedo e Santos (2008), entre outros autores. Além disso, realizamos uma pesquisa documental, analisando fontes pertinentes ao curso de Habilitação do Magistério do Instituto Santa Teresinha.

A análise das fontes encontradas, tais como planos, históricos, regimentos, currículos entre outras, foi de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa, na qual buscamos compreender a trajetória histórica da formação dos professores juruaenses, especificamente no que tange a

implantação do Curso de Habilitação Específica do Magistério que se deu após a publicação da Lei 5.692/71 e apresentou grande repercussão na reformulação dos currículos dos cursos de formação docente em âmbito nacional.

2 A HABILITAÇÃO AO MAGISTÉRIO: MUDANÇAS NO SISTEMA EDUCATIVO BRASILEIRO

Na perspectiva da Lei 5.692/71, criada no período ditatorial, o ensino de 1º e 2º graus tinha por objetivo geral: "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania" (BRASIL, p.01). Neste enfoque, o curso de Habilitação Específica para o Magistério oferecia uma formação pedagógica voltada para a praticidade, desenvolvendo diversas técnicas de ensino para os professores atuarem em sala de aula.

No que se refere à estrutura curricular do curso de magistério, os currículos do 1º e 2º graus tinham um núcleo comum obrigatório, que era aderido em todo o território nacional. Esta parte geral deveria conter as mesmas disciplinas em todos os cursos de habilitação do país. E também havia uma parte diversificada, que visava atender as peculiaridades de cada região.

Para Amaral (2011), este núcleo comum era dividido em Comunicação e Expressão, Ciências e Estudos Sociais. Na Comunicação e Expressão, haviam as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua estrangeira moderna, Educação artística e Educação física. Em Ciências havia Matemática, Física, Química, Biologia e Programa de saúde e em Estudos Sociais as disciplinas de Geografia, História, O.S.P. B (Organização Social da Política do Brasil.), e Educação Moral e Cívica. As disciplinas obrigatórias eram Educação física, Educação Artística, Educação moral e cívica e Programa de saúde. Assim, podemos dizer que:

O currículo da Habilitação Específica para o Magistério (HEM) era constituído por um núcleo comum de formação geral e uma parte de formação especial, incluindo Fundamentos da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Didática e Prática de Ensino. Refletindo a lógica da fábrica que, no modelo taylorista-fordista, estabelecia uma divisão social e técnica do trabalho marcada pela definição de fronteiras entre as ações intelectuais e instrumentais, em decorrência de relações de classe bem definidas que determinam as funções a serem exercidas por dirigentes e trabalhadores no mundo da produção, o tecnicismo no contexto escolar, resultou em processos educativos que separavam a teoria da prática (AMARAL, 2011, p.10).

Este modelo de habilitação era semelhante aos modelos tecnicistas das fábricas, nos quais o docente era visto como um trabalhador que deveria aprender a técnica para poder aplicar em seu ambiente de trabalho. A formação era de caráter fragmentado e as habilitações se desdobravam em habilitação para 1ª e 2ª séries, 3ª e 4ª, 5ª e 6ª, entre outras, fazendo com que a carga horária das disciplinas pedagógicas fossem reduzidas por conta dessa compartimentação.

No que tange a organização curricular, Macedo e Santos (2008) afirmavam que na área de Comunicação e Expressão, o docente deveria propor atividades em que os alunos obtivessem conhecimentos básicos de Língua Portuguesa, Literatura e Linguagem, fazendo integração com Educação física e artística. De acordo com o autor, na área de Estudos sociais, o educando conheceria como se deu a construção de sua região, a importância da participação social e política do homem na sociedade, e assim, por meio de diferentes estratégias pedagógicas poderiam demonstrar que a comunidade escolar, seja alunos, pais, docentes ou funcionários da escola teriam o dever de contribuir no desenvolvimento socioeconômico da região na qual estavam inseridas.

No que se refere a formação especial, era dividida em Fundamentos da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino e Didática. A disciplina de Fundamentos da Educação embasava-se nos aspectos filosóficos, históricos, biológicos e psicológicos da educação.

Para compreendermos melhor como se organizava o Curso de Habilitação ao Magistério, apresentamos a seguir os resultados da pesquisa realizada no Instituto Santa Teresinha, a fim de conhecer como se deu a organização didática e pedagógica, bem como a formação e prática e os saberes trabalhados durante o curso.

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS: UMA PERSPECTIVA SOBRE O CURSO DE HABILITAÇÃO AO MAGISTÉRIO NO INSTITUTO SANTA TERESINHA

Segundo Bezerra (2015), o Instituto Orfanológico Santa Teresinha começou suas atividades no ano de 1938, dedicando-se a formação feminina católica. Esta instituição tinha como base uma educação moral, cívica e religiosa. Em 1947 no Instituto Santa Teresinha houve a criação do Curso Normal Regional voltado para o público feminino (BEZERRA, 2015). Este curso era organizado por quatro séries, tendo como foco um currículo voltado mais para os conteúdos culturais, apresentando disciplinas de caráter pedagógico somente no último ano do curso.

Segundo a autora, havia o Curso Normal Ginásial, destinado à formação dos professores primários no referido instituto. Neste âmbito, a autora cita Romanelli (2001) a fim de enfatizar que neste período os conteúdos eram voltados mais para cultura geral do que para a uma formação profissional. Assim, a formação religiosa estava muito presente na forma de organização do curso, ganhando mais espaço do que a formação pedagógica propriamente dita.

Para tanto, Bezerra (2015) ainda destaca que em 1965 foi criado o Curso Normal Colegial, que exigia o diploma do normal ginásial para ingresso das alunas. No que se refere ao currículo, "após a implantação desse Curso, percebeu-se um programa de ensino pautado por um caráter mais científico" (BEZERRA, p. 219, 2015), secundarizando as atividades manuais e primando pela inserção de novas disciplinas. A disciplina de didática estava presente desde a primeira série. Já nas séries seguintes havia a complementação de disciplinas das didáticas específicas, havendo mais disciplinas pedagógicas do que o Ginásial.

Com o golpe militar de 1964 e a instauração da ditadura militar no Brasil, várias mudanças ocorreram no sistema educativo brasileiro, como parte destas transformações foi criada a Lei 5.692/71 que implantou o curso de Habilitação Específica para o Magistério, substituindo o curso normal. Segundo Bezerra (2015), algumas fontes analisadas demonstram que o Curso de Habilitação no Magistério foi implantado no Instituto Santa Teresinha na data de 1978, mesmo ano de elaboração do Regimento Interno dos cursos de 1º e 2º Graus.

Neste entorno, conduzimos este estudo através dos seguintes questionamentos: Como era a organização didática e pedagógica oferecida aos professores através do curso de Habilitação ao Magistério do Instituto Santa Teresinha? Quais saberes e práticas eram transmitidos no referido Curso e qual sua importância para a constituição da profissão na região?

No que se refere à organização didática e pedagógica, foram encontrados um quadro de professores em exercício no Curso de Habilitação Específica para o Magistério, relacionando as disciplinas, séries e professores que trabalhavam no curso no ano de 1977.

As disciplinas que eram trabalhadas na 1ª série deste ano contidas neste quadro eram as de Artes, Matemática, Física, Química, Biologia e Programa de Saúde, Psicologia da Educação, Língua Portuguesa, História e Geografia. As disciplinas que eram trabalhadas na 2ª série eram as de Religião, Comunicação e Expressão, Recreação e Jogos, Psicologia da Educação, Didática Geral, Ciências Física e Biologia, Sociologia, Metodologia dos Estudos Sociais, Artes II e Língua Portuguesa.

Na 3ª série do curso de Magistério no Instituto supracitado, as disciplinas trabalhadas eram de Filosofia Educacional, História, Educação e Religião, Comunicação e Expressão, Língua Portuguesa, Recreação e Jogos, Filosofia Educacional, Psicologia da Educação, Metodologia dos Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil.

Essa descrição foi baseada em um documento encontrado que compunha o quadro de professores no ano de 1977, organizando as disciplinas que deveriam ser ministradas no Curso de Habilitação ao Magistério do referido instituto nesta época. Estas disciplinas inicialmente compunham um caráter mais geral, e posteriormente, nas 2ª e 3ª séries, já vão aprofundando-se nas disciplinas que trabalham a respeito da formação do professor, dentro do contexto da Lei 5692 de 1971 que se encontrava em vigor.

Outra fonte encontrada foi a Instrução normativa nº 001 de 1991 elaborada pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Acre, na qual estabelecia alguns critérios adotados pelo CORINES (Coordenadoria de Registro e Inspeção escolar) esclarecendo aos Diretores de Escolas algumas mudanças que deveriam ser adotadas. No que tange ao curso de Habilitação Específica para o Magistério, os critérios sugeridos no documento foram que as disciplinas de Educação Moral e Cívica fossem trabalhadas com a disciplina de História, e a Educação Física seria de caráter obrigatório.

Além disso, encontramos um Regimento específico para as modalidades de 1º e 2º grau em duas versões no Instituto Santa Teresinha, a primeira corresponde a versão de 1978, elaborada com base nos princípios da Lei 5692/71, e a outra versão corresponde a atualização do referido documento, sofrendo poucas alterações com base na nova LDB, a Lei 9394/96.

No documento consta a identificação da escola, os cursos que eram fornecidos, objetivo, organização escolar e curricular, entre outros pontos. Na versão do Regimento Interno de 1978, os cursos mantidos pela Instituição eram 1ª – Pré-escolar a) Jardim de Infância- de frequência mista; b) Alfabetização- de frequência feminina; 2º- 1º Grau- 1ª- 8ª séries- da frequência feminina; 3º- 2º Grau- 1º- 3ª séries- de frequência feminina- com habilitação específica para professoras do 1º grau podendo lecionar de 1º a 4ª séries.

Dessa forma, observamos nesta primeira versão, que os cursos eram voltados para o público feminino. De acordo com a versão do Regimento Interno do 1º e 2º grau de 1996, a Instituição mantinha os seguintes cursos: Pré-escolar, intitulados "Amigos da criança" e Alfabetização; cursos de 1ª a 8ª série; curso de 2º grau Magistério habilitando os professores para atuarem de 1ª a 4ª série; Formação Integral a nível de 2º grau. Todos de frequência mista.

No que se refere à organização escolar, em ambos os regimentos, o primeiro tópico foi relacionado às atividades fins, as quais estão expressas no art. 4º tendo por objetivos principais: coordenar, dirigir, controlar e avaliar as atividades executadas na escola, disciplinar as relações entre a subestrutura da escola, assegurar a boa utilização dos recursos, além de definir os objetivos da instituição, sendo desenvolvidas pelo diretor e pelo conselho escolar.

Quanto às atividades meio, no art. 13º, nas duas versões do regimento, tinha como finalidade o foco no planejamento e execução, avaliação nos processos de ensino-aprendizagem, manter um relacionamento agradável entre o diretor, os alunos, pais e professores e, adequar os trabalhos escolares as demandas da sociedade. Estas atividades deveriam ser desenvolvidas pela orientação educacional pedagógica, professores e instituições complementares.

Os professores que lecionavam no Instituto eram contratados pela entidade mantenedora, para lecionarem nos diversos cursos. Em seguida, foi destacado sobre as Instituições complementares, que se referiam aos grêmios estudantis, centro cívico, pelotão da saúde, encontro informativo de pais e professores e encontro com ex-alunos. O Regimento também dispõe de um subtópico sobre a biblioteca Tristão de Ataíde, uma seção sobre as atividades de apoio, os serviços de secretaria e o que competia aos serviços gerais.

Segundo os regimentos, os currículos eram construídos de forma coletiva com o professor, diretor, orientador educacional, pedagógico. Na segunda versão do Regimento acrescenta ainda o auxílio dos supervisores. Todavia mesmo prevalecendo duas versões do Regimento, a estrutura do documentou permaneceu a mesma com poucas mudanças em sua estruturação.

Encontramos também o Parecer nº 12/95, que relatava sobre a solicitação de autorização do Conselho Estadual de Educação para que fosse inserida a disciplina de informática no currículo do curso de habilitação ao magistério. De acordo com este documento, o processo de avaliação na disciplina de Informática ocorreria através da prova escrita e uma prova prática avaliando o manuseio do computador. O documento não esclarece a carga horária da disciplina, nem a metodologia que seria utilizada pelos professores.

Além disso, foi encontrado também o Histórico da Escola, carimbado com selo de autenticidade do estado do Acre em fevereiro de 2005, no qual explicita que o Instituto Orfanológico Santa Teresinha, era constituído dos cursos Pré-escola, 1º e 2º grau Magistério e Formação Integral. Neste Histórico, no tópico identificação da escola, foi enfatizado a existência de uma reforma no curso de Magistério, em que este passou a ter duração de 3 anos.

Neste sentido, "a partir de 20 de maio de 1992, pela Resolução nº145 a presidente do Conselho Estadual de Educação do Acre, Professora Iris Célia Cabanellas Zannini aprovou a reforma do Curso de Magistério com duração de três anos". Percebemos que o curso de Habilitação para o magistério sofreu reformas que modificaram sua organização pedagógica e curricular, incluindo o tempo de duração do curso. Todavia, não havia outras fontes que melhor especificassem como ocorreu esta reforma.

No que se refere às disciplinas que eram ofertadas no curso de Habilitação Específica para o Magistério e sua carga horária, foi encontrado um certificado deste curso referente ao ano de 1995. As disciplinas estão subdivididas em educação geral e formação especial.

Em relação à Educação Geral, estão presentes as disciplinas de Língua Portuguesa com 270 horas, Literatura Brasileira com 130 horas, Inglês com 140 horas, Matemática com 235 horas, Física com 140 horas, Química com 105 horas, Biologia/ Programas de Saúde com 140 horas, História/OSPB/ENC com 140 horas, Geografia com 105 horas, Educação Artística com 100 horas e Educação Física/ Recreação e Jogos de 200 horas.

No quadro de Formação Especial, estão as disciplinas de Filosofia com 70 horas, Sociologia com 105 horas, Filosofia da Educação com 60 horas, Sociologia da Educação com 60 horas, Psicologia da Educação com 130 horas, História da Educação com 70 horas, Didática Geral com 105 horas, Literatura Infantil com 30 horas, Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Alfabetização com 130 horas, Metodologia do ensino da Matemática com 130 horas, Metodologia do ensino das Ciências com 95 horas, Metodologia dos Estudos Sociais com 130 horas, Metodologia do Ensino Religioso com 130 horas e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau com 60 horas.

Diante desses resultados, podemos observar que o Curso de Habilitação Específica para o Magistério, a priori, era pautado no ensino das disciplinas de modo geral, dando ênfase posteriormente as metodologias que deveriam ser empregadas no ensino dos conteúdos. A prática de ensino era de caráter instrumental e tecnicista, uma vez que a Lei 5692/71 foi elaborada num contexto de conflitos e militâncias, no qual os princípios emancipatórios não eram priorizados nos cursos de formação de professores.

Concomitante a isso, abordarmos também a respeito da Formação e prática docente do Curso de Habilitação ao Magistério do Instituto Santa Teresinha, em que foram analisados alguns currículos dos docentes que atuavam como professores da instituição, a fim de saber a formação destes profissionais. Encontramos ao todo 38 currículos com habilitações específicas para o magistério, os quais 9 professores tinham habilitação pela Escola Flodoardo Cabral, 17 professores tinham habilitação pelo Instituto Santa Teresinha, e os demais currículos não havia especificação de qual instituição o docente era formado.

Dos docentes que tinham formação em 1º grau, cursaram nas seguintes escolas: Colégio São Francisco; Ensino de 1º Grau pela Escola São José; Instituto Santa Teresinha; Escola Técnica Federal de Goiás; Escola de 1º grau Craveiro Costa; Centro Educacional 03 do Guará- Brasília. Dos que obtinham formação em 2º grau eram pelas seguintes instituições: Instituto Orfanológico Santa Teresinha; Escola de 2º grau Flodoardo Cabral;

Ciências Exatas (Centro Educacional Ideal); Colégio Estadual Nestório Ribeiro; Centro Educacional Objetivo; Curso Médio (Comercial) de Enfermagem, de Puericultura, Doméstico e Tecelagem.

Dos professores que tinham cursos de licenciatura, a maioria foi pela Universidade Federal do Acre nos cursos de Pedagogia, Letras Vernáculo e Inglês, as outras instituições eram a Universidade de Goiás em que a formação era em Geografia, Seminário Diocesano Santo Antônio no curso de Filosofia, Faculdade de Nilton Lins com curso de Pedagogia, Universidade de Freiburg com o curso de Matemática. A maioria com os cursos de Habilitação Específica para o magistério não tinham instituições especificadas nos currículos, e os cursos de licenciatura em Ciências, Ciências e Biologia e 3º grau em História também não tiveram as instituições especificadas.

Em relação aos cursos de especialização, complementação entre outros cursos que os professores apresentavam em seus currículos, destacamos os seguintes: Pós- graduação em Psicopedagogia (Faculdade Verzeagrandense de Educação) ; Curso de Dactilografia (SENAC); Curso de Matemática (SENAC); - Curso de Literatura e Poesia Comparada (Universidade Federal do Acre); Operador de Microcomputador (SEBRAE); Parapsicologia e Religião; Curso de Artesão de Pinturas; Parâmetros 2000 e 2001; Curso de Aperfeiçoamento para Alfabetização; - Curso de pós- graduação em Psicopedagogia (Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral); Curso de Especialização em Informática Educativa (Universidade Federal do Sergipe); Recursos humanos- Curso de complementação pedagógica/ Curso de Expansão Cultural/ Curso Intensivo Pré- escolar/ Curso de Aperfeiçoamento para o docente do ensino de 1º Grau/ Relações Públicas/ Relações Humanas; Curso de atualização em literatura infanto-juvenil pela UFAC/ Curso de Matemática para Pré-vestibular (SENAC); Pós- graduação- Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Acre; - PCN's e outros (não especificado no currículo); - Curso de Extensão em História do Acre/ Dactilografia/ Operação e Programação Básica; Iniciação de microinformática e iniciação de microcomputador pelo SEBRAE; Capacitação para professores (não especificado no currículo); - Curso de especialização "Lato Senso" em Língua Portuguesa/ Curso de Matemática- Centro de Ciências/ SEC/ UFAC; Chefia e Supervisão- SENAC- Pós- Graduação: Especialização em Administração e Supervisão Escolar; Educação no Trânsito/ Relações Humanas/ Curso de Português e Matemática de 1ª a 4ª série; Curso Básico de Inglês – Curso Oxford- Rio de Janeiro; - Curso de Reciclagem e Extensão Universitária; - Especialização para o Magistério em Pré-escolar; Curso para Diretores (não especificado).

Em vista disso, observamos que nos currículos dos professores apresentavam vários cursos direcionados para o seu aperfeiçoamento profissional enquanto educadores, como os cursos de aperfeiçoamento na área de alfabetização, pós-graduação em Língua portuguesa entre outros cursos. Alguns professores também apresentavam cursos na área da informática também como forma de complementação profissional. A maioria dos professores tinha o Curso de Habilitação Específica para o Magistério, em que alguns currículos não especificaram em qual Instituição o professor foi formado, todavia, a maior parte dos docentes cursou a habilitação no próprio Instituto Orfanológico Santa Teresinha, outros cursaram na Instituição Flodoardo Cabral, e uma pequena parcela cursou em Instituições de outros estados.

Os planos de ensino analisados sugeriam algumas das metodologias que poderiam ser desenvolvidas pelos docentes no decorrer das aulas do curso de habilitação, as quais buscavam reconhecer e valorizar a realidade dos educandos, trabalhando através de aulas expositivas, atividades individuais, em grupo, realização de pesquisas, utilização de jogos, entre outras estratégias didático-pedagógicas que poderiam ser elaboradas pelos professores.

A Escola anotava a vida escolar dos seus discentes em fichas escolares. Numa destas fichas da 1ª série do Magistério do ano de 1995, constava os seguintes dados: nome do aluno, filiação, data de nascimento, frequência e faltas em cada disciplina de março a dezembro. Segundo estes documentos o Curso oferecia na 1ª série as seguintes disciplinas: Língua portuguesa, Inglês, Matemática, Física, Química, Biologia, Programa de Saúde, História/OSPB/ Educação Moral e Cívica, Geografia, Educação Artística, Ensino religioso, Educação física/ Recreação e Jogos, Sociologia, Psicologia, Didática geral, Estágio Supervisionado e Informática.

Sendo assim, constatamos que a proposta curricular da 1ª série do magistério referente ao ano de 1995, apresentava a proposta de uma grade mais geral, contendo apenas uma disciplina de Didática geral e o Estágio Supervisionado. Sendo assim, poucas disciplinas enfatizavam a formação pedagógica.

Encontramos também o modelo do Histórico Escolar da 2ª Série do Magistério do mesmo ano, no qual, foram constadas as seguintes disciplinas no referido histórico: Língua portuguesa, Literatura Brasileira, Inglês, Matemática, Física, Química, Biologia Programa da Saúde, História, OSPB, Educação Moral e Cívica, Geografia, Educação Artística, Ensino Religioso, Educação física e Recreação de jogos, Filosofia, Sociologia, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação, Didática Geral, Literatura infantil, Metodologia do ensino da Língua portuguesa e Alfabetização, Metodologia do ensino da Matemática, Metodologia do ensino de Ciências, Metodologia dos Estudos sociais, Metodologia do Ensino Religioso, Estrutura e funcionamento de ensino de 1º grau e Estágio Supervisionado.

A partir da 2ª série do curso, as disciplinas eram mais voltadas aos aspectos pedagógicos, no qual havia metodologias de ensino para várias matérias específicas tais como: Metodologia do ensino da Língua portuguesa e Alfabetização, Metodologia do ensino da Matemática, Metodologia do ensino de Ciências, Metodologia dos Estudos Sociais e Metodologia do Ensino Religioso, auxiliando o futuro educador na construção de sua prática na sala de aula.

Havia também a introdução dos fundamentos das disciplinas de cunho teórico no curso de Habilitação. No que se refere ao modelo da 3ª série do Curso de Magistério, as disciplinas ofertadas eram: Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Matemática, Educação Artística, Educação Física, Recreação e jogos, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Literatura Infantil, Didática de Português, Didática de Matemática, Didática de Ciências, Didática de História e Geografia, Didática de Ensino Religioso, Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental, Estágio Supervisionado e Informática.

Na 3ª série, as disciplinas de fundamentos passaram a ser mais aprofundadas, onde Fundamentos da Sociologia passou a ser substituído por Sociologia da Educação, ocorrendo isto com as demais disciplinas de caráter teórico. Houve a inclusão da disciplina de Didática tais como: Didática de Português, Didática de Matemática, Didática de Ciências, Didática de História e Geografia e Didática de Ensino Religioso.

Nesta série, não havia disciplinas de metodologias, mas sim de Didáticas que tinha por finalidade o estudo aprofundado das diferentes metodologias que deveriam ser empregadas pelos professores em cada componente curricular. Portanto, compreendemos que o curso de Habilitação Específica para o Magistério no Instituto Santa Teresinha era de caráter profissionalizante, priorizando o saber fazer do professor, as formas e estratégias metodológicas que ele deveria adotar quando atuasse no campo da docência.

No que tange aos planos de ensino referentes ao Curso de Habilitação Específica para o Magistério no Instituto Santa Teresinha, estes eram divididos em cabeçalho, objetivos gerais, específicos, conteúdo programático, bibliografia, sendo que alguns dispunham de metodologia. Encontramos assim os planos de Literatura Brasileira, Matemática, Química, Língua Portuguesa; Sociologia Geral; História do Brasil; Geografia e Fundamentos Filosóficos da Educação. Esses planos discorriam os conteúdos que deveriam ser trabalhados pelos professores, sendo dividido por várias unidades de conhecimento. Esses planos foram elaborados entre os anos de 1992 a 2001.

A partir da análise desses planos, compreendemos que as disciplinas e os conteúdos constituem os saberes curriculares que eram produzidos no curso de habilitação ao magistério no Instituto Santa Teresinha. Os planos que foram citados destacaram algumas disciplinas que compunham o quadro do curso de habilitação e os conteúdos estudados, discutindo-os de uma maneira mais geral e sendo ministrados através de aulas expositivas, trabalhos individuais e em grupos.

A partir da análise descritiva das disciplinas e dos conteúdos trabalhados durante o Curso de Habilitação ao Magistério, podemos compreender que os saberes produzidos eram voltados à formação e a prática dos professores em sala de aula. Os conteúdos e as metodologias empregadas durante o curso contribuíam no processo educativo dos educandos, enquanto futuros educadores, auxiliando-os no seu preparo didático-pedagógico para atuarem nas escolas.

Mesmo com os reflexos da Lei 5692/71, que por sua vez, foi criada num período de conflitos e disputas, o Curso de Habilitação para o Magistério no

Instituto Santa Teresinha contribuiu significativamente para a formação dos professores na região do Vale do Juruá, atendendo as demandas daquele determinado contexto histórico-social.

4 CONCLUSÃO

A criação da Lei 5692/71, substituiu os Cursos Normais pelos Cursos de Habilitação Específica para o Magistério, oferecendo um ensino de caráter profissionalizante. Neste entorno, o presente estudo teve como finalidade analisar o curso de habilitação ao magistério no Instituto Santa Teresinha, quanto a sua organização didático-pedagógica, formação e prática e saberes trabalhados durante o referido curso.

O Curso de Habilitação ao Magistério no Instituto Santa Teresinha foi implantado após a criação da Lei 5692/71 e apresentou em sua organização estrutural uma carga horária de disciplinas voltadas para a formação e prática de professores. Além dos conteúdos, eram trabalhadas as metodologias e as didáticas que deveriam ser utilizadas pelos futuros professores quando estes assumissem a docência em uma sala de aula. O curso era de cunho profissionalizante, voltado para uma formação de caráter mais prático, que através das disciplinas de metodologias e didáticas específicas priorizavam o saber-fazer dos professores, isto é, suas técnicas de ensino em sala de aula.

As disciplinas do Curso Normal, especialmente quando do Normal Regional, eram mais voltadas a cultura geral não enfatizando tanto as questões pedagógicas. Contudo, a partir da criação do curso de Habilitação Específica para o Magistério, as disciplinas começaram a ser mais direcionada a prática pedagógica dos professores. Portanto, o Curso de Habilitação ao Magistério no Instituto Santa Teresinha, fornecia uma preparação didática e pedagógica de modo a auxiliar os educandos na elaboração de sua prática educativa, enquanto futuros professores em sala de aula. Desse modo, eram aprendidos os conteúdos e as técnicas de como ministrá-los, formando assim professores habilitados para atuarem no ensino de primeiro grau.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. R. R. **A formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental**: permanências e rupturas decorrentes das dinâmicas sociais e da legislação do magistério. Revista HISTEDBR On-line. Campinas. n.43. 2011.

BEZERRA, M.I. da S. Formação docente institucionalizada na amazônia acriana: da escola normal regional à escola normal padre Anchieta (1940-1970) / Maria Irinilda da Silva Bezerra. – **Tese (Doutorado em Educação)**– Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 5.692**. Brasília. 1971.

MACEDO, T. B. SANTOS. S. M. **O ensino no curso de magistério entre 1971 e 1985**. Universidade Federal de Uberlândia. 2008.

ROMANELLI, O de O. **História da educação no Brasil**. 26. ed. Petrópolis: Vozes. 2001.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 40.2009.

FONTES DOCUMENTAIS PRIMÁRIAS:

- Currículos assinados de 1978 a 2001.
- Ficha Individual do Ano letivo, 1997.
- Históricos do Ensino Médio Magistério, 1997.
- Modelo do corpo docente em exercício em 1977.
- Parecer nº 12/96.
- Plano de Ensino de Fundamentos Filosóficos da Educação, 1987/1992.
- Plano de Ensino de História do Brasil, 1992.
- Plano de Ensino de Língua Sociologia Geral, 1992.
- Plano de Ensino de Química, 2001.
- Plano de Ensino de Língua Portuguesa, 2000.
- Plano de Ensino de Literatura Brasileira, 2000.
- Plano de Ensino de Matemática, 2001.
- Regimento Interno do Instituto Orfanológico Santa Teresinha de 1º e 2º graus, 1978.
- Regimento Interno do Instituto Orfanológico Santa Teresinha de 1º e 2º graus, 1996.